

PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 19, v. 1
jan-jun.2023
p. 221-235

“Uma posição lesbofeminista, antirracista, anticapitalista, antimilitarista. A isso chamamos feminismo decolonial”: Entrevista com a feminista afro-caribenha decolonial Ochy Curiel Pichardo


(“A lesbo-feminist, anti-racist, anti-capitalist, anti-militarist position. This is what we call decolonial feminism”: Interview with Afro-Caribbean decolonial feminist Ochy Curiel Pichardo)

(“Una posición lesbofeminista, antirracista, anticapitalista y antimilitarista. Esto es lo que llamamos feminismo decolonial”: Entrevista con la feminista decolonial afrocaribeña Ochy Curiel Pichardo)

Camila Nobrega Rabello Alves¹

A circulação dos livros publicados pelas Glefas, Grupo Latino-Americano de Estudos e Formações Feministas, é garantida por travessias de cada uma com suas próprias corpos atravessando cidades, estados, países, partindo da América Latina e Caribe e cruzando fronteiras. Malas cheias, no limite do que se pode carregar em um avião por exemplo. E esse é só um dos desafios de uma coletiva que busca formas autônomas de pensamento coletivo e partilha em Abya Yala, região denominada a partir da colonização como América. A busca pela gestão coletiva dos meios produção, publicação, circulação e compartilhamentos múltiplos de conhecimento foi um dos principais assuntos que abordamos na entrevista com a ativista e pensadora afro-caribenha Ochy Curiel Pichardo. Partimos de uma análise que ela faz do lesbofeminismo hoje e seu entendimento da trajetória que formou o que hoje entende como foco, que é o feminismo decolonial, não somente lesbofeminista, mas centrado na luta antirracista, anticapitalista e antimilitarismo. Além disso, falamos de construções do dia a dia, do entendimento da pensadora sobre o papel da universidade, e dos desafios práticos de construção de coletivas orientadas não apenas em trajetórias individuais, mas mirando possibilidades de construção mais amplas cuja proposta política tem objetivo de transformar estruturas, incluindo lógicas de Estados Nacionais e fronteiras, discursos coloniais,

¹ Doutoranda na Divisão de Gênero, professora convidada e co-coordenadora do grupo de pesquisa “How to move beyond climate change narratives”, Universidade Livre de Berlim / Jornalista transmidia, fundadora do Beyond the Green / Integrante da coletiva Intervezes. camilaalves@zedat.fu-berlin.de

 Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 08/08/2023
Aceito em 18/08/2023

regimes racistas e a heterossexualidade como regime político.²

Camila Nobrega: Ochy, é um prazer enorme poder dialogar com você, obrigada por ter aceitado o convite para esta entrevista. Gostaria de começar sobre como você gostaria de se apresentar?

Ochy Curiel Pichardo: Sou Ochy Curiel Pichardo, afro-caribenha, feminista decolonial antirracista, também sou música. Trabalho na universidade, digo isso porque muitas vezes não me considero acadêmica propriamente, porque meu pensamento político é fundamentalmente baseado no movimento social, e não tenho a academia como meu centro de produção de conhecimento, muito menos considero que estou fazendo ativismo aí. Sinceramente, a academia é um espaço de trabalho em que mantenho, digamos, posições críticas, não apenas feministas, mas a partir das Ciências Sociais de maneira geral, sobretudo a nível da produção de conhecimento nos movimentos sociais. Essa seria como uma definição mais geral do que eu penso sobre mim, como quero que me apresente.

Camila Nobrega: Muito obrigada. Pensei em três pontos chaves principais para nossa conversa, a partir de temas centrais do seu trabalho e alguns que dialogam com as reflexões trazidas nesse dossiê. Compartilho contigo como uma estrutura inicial que provocou as perguntas que vou trazer, mas podemos deixar que nosso diálogo nos guie para onde nos parecer necessário. O primeiro ponto é a partir do seu entendimento hoje do que entende como lesbianidade decolonial. O segundo é mais centrado no papel da universidade, entendendo as estruturas coloniais nas quais estamos imersas. Como você entende esse papel, o que vale a pena nessa disputa, nesse contexto de estar em uma universidade, como lidar com esse espaço? E a terceira dimensão seria o lugar de habitar fronteiras, o lugar de imigração, de imigrante, que você traz bastante como posição de elaboração de práticas e teorias. De que forma esse lugar nos afeta e de que diferentes formas e camadas? Honestamente, são também três pontos que me atravessam a vivência como mulher lésbica e imigrante, e dialogam com o nosso ponto de partida coletivo desse dossiê.

Ochy Curiel Pichardo: Ok, ótimo.

² Agradeço à Aymara Zonta Llanque, também membra das Glefas, com quem tenho tido o prazer de trabalhar em perspectivas críticas a partir da América Latina para pensar nossa vivência neste momento de ciclo da vida como imigrantes na Alemanha. Aymara foi quem fez a ponte com Ochy e também é uma companheira que inspira muitas reflexões compartilhadas. Foi na mala dela em que o livro baseado na tese de doutorado de Ochy, que eu buscava há um tempo, chegou para mim.



Camila: Para pensadoras e ativistas lésbicas em Abya Yala, bem como para um contexto mais amplo de dissidências de sexo e gênero em um contexto de crítica ao sistema em que vivemos, seu trabalho e o das Glefas em geral têm sido uma referência muito grande. Tem dado possibilidades de nos colocarmos e entendermos em um lugar epistemológico de luta social que também provoca teoria a partir desse olhar, a partir de revelar o que você chama de heterossexualidade como regime político. Significa também para muitos de nós a percepção da importância de enfrentar a luta para revelar essa camada em nossos olhares, análises, e práticas, embora situadas em outras estruturas de poder centrais que organizam nossos corpos. De que forma você vê o lugar do que se cunhou lesbianidade feminista descolonial nos últimos anos? Você considera que tem havido um avanço nesse lugar epistemológico, ou de que forma esse pensamento caminhou?

Ochy Curriel Pichardo: Venho de uma corrente crítica, na qual o lesbianismo feminista está articulado à autonomia feminista e também com minha trajetória antirracista. Portanto, não posso desvincular esses três elementos-chave de minha prática política e pensamento. Quando falo do lesbianismo feminista, estou falando de uma proposta que considera que a heterossexualidade é um regime político. Assim, essa corrente crítica traz um viés feminista que articula também a minha trajetória antirracista, e, portanto, não poderia desprender esses três elementos nucleares. No entanto, ser lésbica é uma prática política. Por isso, quando falo de lesbianismo feminista, estou falando de uma proposta que considera que a heterossexualidade é um regime político, tal como vamos avançar a partir de textos importantes, como os de Monique Wittig y também os de Adrienne Rich que não consideram a heterossexualidade essencialmente como uma outra opção sexual, senão como um regime político. No caso de Rich, como instituição que articula não somente o tema do desejo, mas também a presença da heterossexualidade em todo o tipo de relações sociais. Relações econômicas, políticas, e na construção da dominação, como mostra meu trabalho, para nos posicionar desde aí. Isso também significa dizer que, se para mim é importante também o desejo, não é suficiente para uma postura lesbofeminista. Para chegar aí, teríamos que questionar por meio da luta política todas as instituições que a heterossexualidade impõe. Tudo isso está articulado ao tema do racismo, do capitalismo, do neoliberalismo, etc. Além disso, em nossa subjetividade, esse olhar nos ajuda um pouco a não reproduzir estas lógicas dos binarismos, da apropriação de nossos corpos, dos desejos das outras pessoas. É também colocar a sexualidade lésbica como um contraponto à norma não-heterossexual de pensar que uma mulher vai apenas desejar homens, que sempre vamos depender de homens, não é? Esse lesbianismo feminista foi avançando na América Latina. E muitas de nós feministas latino-americanas e caribenhas também



éramos autônomas. Na prática política, nós sempre questionamos esta dependência das instituições, como por exemplo, o Estado, a academia, a lógica das ONGs, da cooperação internacional. Então acho que uma particularidade do lesbianismo feminista na América Latina foi que ele se articulou à uma proposição autônoma, o que creio que é importante, porque, além de tudo, nos permite pensar na autonomia dos nossos próprios corpos e da nossa própria sexualidade. Eu sempre escrevi sobre isso, sobre a relação entre autonomia e o lesbianismo feminista, porque é o que tem acontecido nas últimas décadas na América Latina. Mas, além disso, muitas das que viemos do movimento antirracista nos demos conta de que também a articulação entre ser lésbica racializada como negra, como indígena, não era o mesmo que ser lésbica branca ou branca mestiça, onde há um privilégio da racialidade. Então começamos a articular o que era essa proposta lésbico-feminista em torno da situação de muitas mulheres, de muitas lésbicas e racializadas como indígenas, como afros, etc. Quando nos encontramos com a proposta do feminismo decolonial, acho que houve um salto importante, não em uma posição, digamos, ampliada em lugar de um lesbianismo feminista latino-americano e caribenho, mas, sim, aquelas que estamos construindo o feminismo decolonial nos demos conta de que boa parte das nossas fontes éramos nós mesmas. Então, para construir o feminismo decolonial, era importante uma posição lesbofeminista, antirracista, anti-capitalista, antimilitarista, não? Isso é uma fonte importante do que vamos chamar feminismo decolonial. Qual é o salto que eu creio que dei e que algumas de nos demos em relação a isso? Entender a heterossexualidade como um artefato colonial. Significa dizer que esse é o mesmo colonialismo que se vai impondo, a partir de lógicas de definição do que é um homem e uma mulher, da institucionalidade do matrimônio, por exemplo, em binarismos. Tudo isso foi imposto na lógica colonial. Sempre relembro a Lei de Burgos, de 1512, onde se pode encontrar perfeitamente como já se vai instalando institucionalmente a lógica heterossexual. E isso Maria Lugones me ajudou muito a pensar com o conceito de sistema colonial de gênero, sobre como o gênero se impõe desde o momento colonial e como ele gerou a heterossexualidade. Por exemplo, na Lei de Burgos, vê-se como a partir da experiência europeia os colonizadores começam a dizer o que é uma mulher, que é fundamentalmente dependente, que tem que estar no ambiente doméstico, e aí sabe perfeitamente como será institucionalizado o matrimônio como um vínculo que deveria integrar os índios e as índias. E todo o requerimento moral em termos de corpos e roupas, tudo também passava pela religião católica. Minha trajetória como lésbica feminista vem então da imbricação da corrente política de onde vínhamos. A partir da autonomia, do anti-racismo, etc, foi que conseguimos levantar o lesbianismo feminista latino-americano e caribenho. Portanto, é um elemento conectado para entender uma matriz de poder muito mais complexa que não se limita somente ao tema da



sexualidade.

Camila Nobrega: Essa sua colocação nos lembra exatamente de que a decolonialidade surge desse processo, o que me parece vital para pensar a forma instrumentalizada como tem sido utilizada. Então a decolonialidade muda também a sua relação com o lesbofeminismo em si?

Ochy Curiel Pichardo: Quando algumas de nós começamos a desenvolver o feminino decolonial, então geramos uma complexidade a partir disso que estava contando, que era a proposta lesbofeminista, que não tínhamos antes. Não tínhamos o entendimento de que também a heterossexualidade havia sido imposta em, digamos, no processo colonial e na colonialidade. Acho que isso foi uma trajetória de pensar no lesbianismo feminista. Infelizmente, eu creio que, nesse momento, por algumas exceções, esta corrente política estava bastante, como posso dizer... desintegrada. Na América Latina, conseguimos ter um impacto importante não somente nas teorias feministas, mas também na prática política. Acho que nós, lésbicas feministas, fomos, em seu momento, estou falando fundamentalmente dos anos 1990 e tal, um impacto importante em pensar uma ação feminista muito mais radical. E já no último encontro que se realizou aqui, na Colômbia, em 2014³, nossa posição, pelo menos a posição da comissão organizadora, foi precisamente de estabelecer essa perspectiva decolonial que não havíamos tido nos encontros anteriores. Se você busca, por exemplo, as memórias do encontro de 2012, acho que encontramos aí uma aposta para pensar na imbricação entre racismo, heterossexualidade, militarismo. Isso também se deu a partir do fato de que estávamos em um contexto particularmente da Colômbia. Acho que aí há um salto para pensar essa proposta lesbofeminista muito mais decolonial. Essa seria um pouco a trajetória, tanto a minha própria experiência, como também a nível do que vejo no lesbianismo feminista. Neste momento, sinto que este movimento está muito desarticulado e minhas hipóteses têm a ver com o fato de que muitas de nos superamos esta lógica da política identitária sem decantá-la. Ou seja, não é que vou negar a política lesbo-feminista, mas quando estamos diante do movimento feminista decolonial e pensando na matriz de opressão, de raça, de classe, de sexualidade, de geopolítica, de nacionalidade, eu creio que a proposta lesbofeminista não dá conta. Como também a proposta anti-racista sozinha também não dá conta, se não houver, digamos, essa matriz de opressão colonial muito mais complexa. E isso é o que nos oferece o feminismo decolonial. Por isso, eu digo que o lesbianismo feminista foi uma fonte importante para o feminismo decolonial, mas quando chega o feminismo decolonial, quando assumimos o feminismo decolonial, podemos ver as coisas muito

³ Parte da memória do encontro, em vídeo: <https://vimeo.com/101516931>



de forma muito mais complexa, transpassando a política identitária, sem esquecê-la. A meu ver, isso nos leva a uma proposta política muito mais abarcadora e complexa, tal como é a matriz de opressão em si mesma, não? E muitas fizemos esforços de refazer esses encontros que são muito importantes na região. No entanto, não houve... não sei o que passa. Eu coloco minha hipótese, pela minha própria prática.

Camila Nobrega: E por que esses encontros foram especialmente marcantes, em termos da articulação lesbofeminista na região?

Ochy Curiel Pichardo: Nós fizemos os encontros latino-americanos e caribenhos lesbofeministas. Fizemos um documento que aparece no setor de memória, em que contamos sobre esses encontros. Menciono, porque creio eles marcaram pontos de inflexão no debate feminista coletivo na região. Foram superimportantes, não somente para fortalecer as articulações que fizemos em nível da região, senão também os pontos-chave que foram colocados em cada encontro como a autonomia e o antirracismo que antes não estavam presentes nos debates e nas práticas políticas da maioria das lesbo-feministas. Assim, o lesbianismo feminista foi mudando. Muitas organizações estavam nascendo durante as décadas dos 90. Para mim, os encontros eram maneiras de ter uma visão mais ampla de como andava o lesbianismo feminista na região. Talvez por isso eu tenha mencionado nossos encontros, em busca de pontos importantes de uma memória coletiva.

Camila Nobrega: Você falou sobre superar uma política identitária, sem decantá-la. Ao mesmo tempo, sem descartá-la, uma vez que ela também compõe o feminismo decolonial? Me parece que esse ponto é bastante central para pensar em alianças, das quais partimos também para pensar esse dossiê. Como você entende as possibilidades e os limites de alianças no movimento feminista?

Ochy Curiel Pichardo: Me questiono se podemos já falar de aliança no feminismo decolonial. Penso que todo projeto de transformação social e todo projeto de liberação tem que ser antirracista, antimilitarista, anticapitalista, antissexista. Se há uma coisa que aprendi que estas propostas que passamos tantos anos construindo, é que eu não me sinto com uma política identitária central. Não acho que faz sentido ser assim. Porque uma coisa que a colonialidade articulou foi a fragmentação. A colonialidade pensou que algumas pessoas iam ser chamadas de índios, outras



peças de negros, outras peças de lésbicas. Isso é parte da colonialidade. Obviamente que os movimentos sociais tomamos as identidades como uma forma de nos posicionar diante matriz de opressão colonial, mas o problema foi que muitas lésbicas pensam que a única luta que há é contra à heterossexualidade, deixando de lado o racismo, o capitalismo, e assim sucessivamente. Também o movimento Indígena se centra fundamentalmente na terra ou no etnocentrismo, ou o movimento negro se centra no tema do racismo, mas a maioria não tem uma proposta que aborde toda a matriz de opressões que nos afeta a todos e a todes, porque algumas e alguns temos alguns privilégios, mas, se nos percebemos como uma relação social de poder é outra coisa. Então, quando estamos falando de aliança, estamos partindo do fato de que os movimentos sociais teriam que fazer uma luta particular, que, portanto, nos faria depois construir alianças.

Mas acredito que, se os movimentos sociais tivéssemos um projeto social de liberação muito mais complexo em sua aposta, assim não falaríamos exatamente de alianças, mas principalmente de coalizões, certo? Alianças não têm a ver com projetos de longa duração. Alianças são noções de resposta a uma conjuntura, que, digamos, nos unimos para enfrentar alguma questão de poder. Por isso, gosto mais da ideia de coalizões, no sentido de entender esse lugar que a política identitária nos deu e que é importante, mas que não é suficiente para transformação social. Creio que estamos em um mundo muito complexo, em que cada vez mais vemos as imbricações entre as lógicas neoliberais, os feminicídios, o racismo estrutural, a lógica do narcotráfico e etc. Portanto, nossa luta tem que ser contra um projeto de poder que é complexo, que se deriva da racialização, da heterossexualização, das lógicas neoliberais. As políticas identitárias são então importantes, para posicionarmos ou entendermos como se construíram essas marcações sociais, como mulheres, lésbicas, negras. Mas não é suficiente para um projeto de liberação que eu me identifique apenas como lésbica. Isso é importante para a minha subjetividade, porque temos que estar contra a heterossexualidade que é racista, binária e etc. Mas igualmente, como mulher afro-caribenha, também me interessa pensar o racismo como articulado à heterossexualidade, às políticas neoliberais, o militarismo e etc. Essa é minha posição, e faço minha política desde esse lugar.

Camila Nobrega: Imbricações. Vou retornar a esta palavra, que você usou agora para falar das lógicas neoliberais, de racismo estrutural, de feminicídio. Esse conceito que você cunhou oferece um olhar crítico da forma de pensar relações de poder entremeadas. Nos traz a possibilidade de repensar também um termo que é amplamente utilizado, ao qual você apresenta uma crítica no seu trabalho, que é a interseccionalidade. Você pode falar um pouco sobre as diferenças entre o



que você entende por interseccionalidade, e o que você constrói a partir das imbricações de poder?

Ochy Curiel Pichardo: Sim, se bem entendo que o conceito de interseccionalidade é importante e que se pode utilizar em muitos sentidos, sobretudo institucionais, eu sempre li como uma proposta liberal, no sentido de que foco é de interseccionar subjetividades e experiências. Mas a interseccionalidade não se pergunta como essas diferenças foram criadas. Significa não se perguntar “por que sou negra?”, “por que sou lésbica?”, “por que me fizeram indígena?”, isso tem a ver com a colonialidade, que foram diferenças estabelecidas com um colonialismo que começa a definir uma serie de seres, de acordo com logicas de diferença colonial. Quando falo de imbricações, ou quando estamos falando de uma matriz colonial, estamos partindo do ponto de que nada disso se pode separar. A interseccionalidade entende que uma mulher negra, lésbica, há um momento em que se intersecciona, mas nós dizemos que essas coisas surgiram juntas, a partir da matriz colonial. Essa é uma das críticas que fizemos à Kimberlee Crenshaw quando saiu essa proposta. Por isso, a interseccionalidade foi tão usada pelas instituições, que creem que colocando uma mulher negra e lésbica no espaço público já está falando de uma história de discriminação complexa. Mas não necessariamente. A interseccionalidade não problematiza as origens dos lugares de enunciação. E muito menos a interseccionalidade traz um projeto de liberação. Então posso pensar a interseccionalidade na academia, em informes das ONGs, nas políticas públicas, mas isso não nos leva geralmente a um processo de liberação política. Ou seja, é mais descritivo. Serve para complexificar, mas não é uma proposta que gosto, porque funciona quase como um mantra de somatório de experiências, sem ter essa proposta de liberação.

Camila Nobrega: Ochy, sua maneira de pensar a academia, ou também dizendo sua forma de navegar esse espaço, também tem tido ressonância na América Latina, e também no Brasil. Ao mesmo tempo, o Brasil vive um momento complexo pós governo Bolsonaro, em que a Ciência, a academia foi muito atacada. E sempre esse ataque dependia de quem você era, das imbricações nas quais cada pessoa está posicionada. Agora há um desafio que é como se relacionar com a universidade, ocupar e ao mesmo tempo modificar. A pergunta que tenho, que vem de perguntas que faço a mim mesma é: Como fazer valer a pena, dentro de tudo que estamos falando? Como ocupar a universidade coletivamente? E que outros espaços precisam ser ocupados em conjunto, de forma que os caminhos não se façam isolados?

Ochy Curiel Pichardo: Eu estou convencida de que a universidade, a academia de



uma forma geral, é o centro da colonialidade do saber. Essa conclusão tem história colonial. As universidades não surgiram porque alguns revolucionários começaram e etc, não. As universidades surgiram dentro de uma lógica de concentrar o saber erudito, ou seja, eurocentrado e colonial. Há a diferenciação feita nesse espaço entre os saberes válidos e os saberes que não são considerados válidos. Há uma forma de reconhecimento da bibliografia, dos autores que ali estão, e não há valorização de conhecimentos de movimentos sociais, de nossas comunidades, das pessoas que estão nas ruas. É como se isso não servisse, porque não são assumidos como conhecimento. Além disso, as estruturas das academias são completamente verticais, reitoria, departamentos... E há uma lógica de quais são os temas centrais. Em relação as Ciências Humanas e Sociais por exemplo, agora há a questão da tecnologia. Há uma hierarquização do tipo de conhecimento que se prefere dentro dessa sociedade que é totalmente neoliberal. Então uma das coisas que temos que fazer nas universidades é colocar as Ciências Humanas críticas no centro da disputa. Eu creio que se pode fazer uma disputa com a academia em qualquer lugar. Estou consciente de que há conjunturas de que há necessidade de defender por exemplo espaços públicos, por exemplo as universidades que cada vez mais são privatizadas, cada vez as pessoas de menos recursos têm menos acesso. Ao mesmo tempo, a academia é espaço de trabalho. Então, por exemplo, venho da autonomia e para mim as universidades não são espaços em que faço ativismo, faço ativismo em movimentos autônomos, porque uma das propostas desses movimentos é questionar a institucionalização. Portanto, um dos pontos é levar esses olhares críticos, até mesmo o pensamento decolonial à universidade. Tenho um seminário que se chama feminismo decolonial. Mas a minha expectativa não é que as pessoas na universidade façam feminismo decolonial. Não acho possível fazer feminismo decolonial ali. Eu faço isso para que os estudantes saiam dali e fortaleçam seus movimentos. Então quero dizer que vejo a universidade como um mundo de transição. Decolonizar as universidades é fazer com que as universidades desapareçam, isso já falei muitas vezes. E como fazemos isso, como fazer a universidade desaparecer como projeto? Fortalecer projetos fora da universidade. Historicamente na América Latina e Caribe, por exemplo, fazemos muitas escolas decoloniais, como por exemplo na República Dominicana. Os mesmos seminários que dou na universidade, dou aí também. Então ao mesmo tempo em que disputamos as universidades, por ser uma lógica eurocêntrica de conhecimento precisamos fazer processos de longo prazo fora. E também com nossos colegas porque a muitos não interessa em nada esse tipo de posicionamento. Também aí há uma disputa na universidade. E repito o tema de acesso, acho que há que haver acesso à universidade pública. E ao mesmo tempo, a partir do entendimento das matrizes de poder, também penso em construções fora, com movimentos sociais, que nos sirva ao movimento social como parte de formação política. Por



exemplo, não me interessa ser professora fixa na universidade, sou professora de Cátedra. Não quero colocar minha energia nesse lugar, onde estou de passagem, não é meu projeto político.

Camila Nobrega: Como têm funcionado as escolas decoloniais? E um dos pontos também que me chamam muita atenção nas Glefas é a construção autônoma de vocês em termos de publicações. Você pode contar um pouco sobre o funcionamento da editora e das dinâmicas de publicações que vocês construíram?

Ochy Curiel Pichardo: Bom, as Glefas são o Grupo Latino-Americano de Estudos e Formações Feministas. Não eram feministas decoloniais, eram feministas autônomas. Éramos tudo aquilo que acabo de contar. Agora a maioria nos posicionamos desde o Feminismo Decolonial e creio que é uma plataforma muito importante do que tem sido o Feminismo Decolonial na América Latina e Caribe. Significa sobre o atuar, praticar o Feminismo Decolonial, o que também significa pensá-lo. Como te disse, autonomia no feminismo decolonial é muito fundamental. Nós criamos nossas produções, é uma forma de produção independente. Nós mesmas produzimos os livros, vendemos, organizamos os livros, o que é uma tarefa bem difícil, mas não é impossível. E nas Glefas temos as escolas de formação decoloniais. E essas escolas começam especificamente na República Dominicana. Especialmente a nós, que somos dominicanas, nosso objetivo era gerar um processo de escola em que se aprende essas noções de sistema colonial de gênero, racismo, decolonialidade e etc a partir da experiência das mesmas comunidades. Ou seja, estamos trabalhando fundamentalmente com pessoas que têm pouco acesso às escolas formais, a esse tipo de conhecimento que se fecha na academia. Então uma parte desse pensamento decolonial é de que esses debates vão também às comunidades. Então começamos em 2000 e tal, temos como 10 anos, começamos articuladas com um projeto interessante que trabalha criação cultural a partir dos bateyes, que são comunidades na República Dominicana empobrecidas pela indústria açucareira, com uma população negra, de migrantes haitianos e também dominicanos-haitianos que nasceram e foram criados lá e que eles são vítimas de racismo antihaitiano. Então, começamos indo nessas comunidades também para fortalecer, com processos que têm a ver com a dança, a fotografia, metodologias que não utilizamos na universidade. E nos interessa potencializar os conhecimentos que há nas comunidades e articulado com feminismo decolonial, mas a partir do que as pessoas de cada lugar sabem, porque sempre sabem muito. Trabalhamos por exemplo a questão da chegada do colonialismo pelo Caribe, porque ali começou tudo. Particularmente, ali na ilha em que hoje compartilham República Dominicana e Haiti. Para que as pessoas possam entender que o racismo



anti-haitiano tem uma história colonial. E também a questão de gênero e da heterossexualidade que vai se impondo. Mas também trabalhamos as resistências, a partir da cimarronagem, até as resistências históricas atuais e cotidianas. Ou seja, como as pessoas estão fazendo resistências diárias ao poder, ainda que não te digam? Ou que te digam de outra maneira? As escolas para mim são fundamentais, porque permitem a criação de uma comunidade política decolonial, de grupos que vão se formando para fazer frente ao racismo e colonialidade na República Dominicana. Essas escolas fizemos também por exemplo no Equador, especialmente na parte da Amazônia. E obviamente com outros tempos, alguns se parecem. Agora também estamos definindo uma escola para a Mixteca mexicana. E essas escolas têm muita centralidade para as Glefas, porque nos permitem compartilhar o que aprendemos e também fortalecer politicamente os movimentos sociais frente à dominação. Agora também fazemos cartilhas sobre esses temas, para que qualquer pessoa possa usar esse material para fazer escolas, permite as pessoas que possam ampliar as escolas.

Camila Nobrega: No Brasil, aprendi muito em movimentos sociais sobre intercâmbios de resistência, isso também é um método para vocês? Me fez pensar em mais possibilidades de conexões, também com o Brasil.

Ochy Curiel Pichardo: Isso na verdade também me encantaria.

Camila Nobrega: Sobre as publicações, quais têm sido os desafios?

Ochy Curiel Pichardo: Bom... Para mim algo que gosto muito das Glefas é essa possibilidade de autonomia. Podemos, por exemplo, fazer publicações dentro da universidade sobre racismo na República Dominicana. Essa foi minha tese de doutorado. Mas para mim era importante que minha tese saísse publicada pelas Glefas, essa era minha aposta política, ainda que tenha feito a tese na universidade. Quais são os desafios? Primeiro é encontrar recursos, porque as publicações são caras. Mas fazemos como ciclos. Com os livros que vendemos, guardamos verba para a próxima publicação. É como uma reciclagem. As vezes temos um apoio e com esse dinheiro completamos. Mas nossa política é: a cada livro que se vende, uma parte vai para um fundo para os próximos. Essa semana, por exemplo, temos uma assembleia para decidir os livros que saem. Esse é um desafio de encontrar um recurso preciso. E creio que o mais difícil é a distribuição. Por exemplo, se viajamos, levamos livros, mas tem o problema do peso da mala. Essas são dores



de cabeça grandes, em termos de distribuição. Não temos infraestrutura para distribuir, nem na América Latina, nem além. Nós somos as que produzimos, circulamos, vendemos. Aí sim é autonomia pura. Mas apesar dos desafios, isso prefiro, porque é uma coerência com a autonomia. As vezes é lento, mas funciona. Meu livro por exemplo, só temos agora sete exemplares. Cada vez que vamos a um encontro, a uma conferência, levamos na mala. Assim funciona.

Camila Nobrega: E a partir do lugar de imigrante, que questões esse lugar tem gerado para você a partir da sua noção de imbricações de opressões, dentro da decolonialidade.

Ochy Curiel Pichardo: O tema da imigração depende muito de para onde se migra. Eu nunca quis migrar para a Europa, sabia que queria migrar para outro país da América Latina ou Caribe. E isso me possibilitou abrir a cabeça. Venho da República Dominicana, lugar em que, para ir a outro país, uma pessoa precisa tomar um avião. E isso significa que o fluxo de informações, os personagens que estão aí... não é o mesmo estar em uma ilha ou um lugar continental. Uma pessoa não entende isso até viver. E eu viajei muito a partir da República Dominicana, como resultado do meu ativismo. Nenhum estado nacional me favoreceu imigrar, como sempre. Tenho uma das nacionalidades mais indesejadas do mundo, tenho que pedir vistos para muitos lugares. E ainda mais na condição de afro-caribenha que, além de tudo, usa rastas, isso me limita muito passar no aeroporto. Já me acostumei, mas era difícil. No entanto, sempre viajei, porque viajar era para mim um lugar de resistência, era um lugar de necessidade para me abrir o mundo, abrir minha cabeça. Vivi no Brasil, Argentina, México, na República Dominicana e agora tenho 18 anos na Colômbia. E creio que, quando conhecemos outras sociedades, ampliam-se as propostas que temos e conseguimos problematizar isso tudo etnograficamente, creio que tem outro sentido, em termos de conhecimento. Todo este trajeto me permitiu ser antinacionalista. Eu queria que desaparecessem todos os Estados nacionais, porque entendi como esta lógica de estado nação também é subjetiva, assim como a nação heterossexual. Assumimos essa noção de estados nacionais como se fosse nossa, quando na verdade foi construída com base na dominação da terra, com base no racismo, etc. Tenho encontrado mais fortalezas do que problemas na imigração, porque não estou nos Estados Unidos nem na Europa. Vivi sim xenofobia, mas não é uma experiência generalizada. No México, por exemplo, conseguir trabalho era muito difícil, minha estratégia era minha música. Eu cantava e buscava dinheiro para comer, e isso foi lindo. Desde minha música, consegui conhecer lugares do México. Já a Colômbia me recebeu com trabalhos abertos. Comecei a trabalhar na universidade na Colômbia, onde fui convidada para trabalhar, foi um reconhecimento. Também tenho a sorte e a proteção de minhas ancestrais sempre. Então, defendendo a imigração, penso que as



fronteiras têm que acabar. Temos que entender o que significam as fronteiras. Isso é o que me tem permitido habitar a migração, a mim particularmente gosto de me mover. E todo mundo deveria ter a possibilidade na vida, sem que haja uma fronteira militar, sem que nos matem.

Camila Nobrega: Habitar a imigração também como um direito de se mover e trazer isso como olhar. Também a imigração como prazer e fortalecimento, isso me faz pensar muito a partir de um lugar de quem está habitando fronteiras entre a América Latina e a Europa. Acho que isso ressoa para muita gente, obrigada por essa partilha. Queria também abordar um outro ponto, a partir da sua noção de antropologia da dominação e de análise do discurso a partir de um olhar decolonial. Essa mirada e esse movimento que você partilha a partir desse conceito apontam para a importância de olhar etnograficamente em combinação com o olhar sobre o discurso da dominação. Por exemplo, para mim, foi uma das referências que me ajudou a me situar e dar nome, além de refletir sobre como fazer uma etnografia do discurso na Europa, no mau caso mais particularmente na Alemanha. Olhar e revelar a dominação, a partir dos lugares que ocupamos, dos corpos e territórios de onde falamos. Com isso, queria te fazer uma pergunta teórico-prática. Mesmo sendo uma abordagem teórica que vem de uma matriz europeia, você acha possível a ampliação de uma análise do discurso decolonial, a partir dos elementos que estávamos conversando antes. Ou estamos frente a uma contradição em si?

Ochy Curiel Pichardo: Olha, eu o que penso é que não estamos fora da modernidade. Muitas das coisas que somos também têm matriz europeia. A questão não é descartar totalmente as formas de produção europeias, e eu penso que fazer a análise do discurso, e especialmente a análise crítica do discurso, é um aporte muito importante a nós em Abya Yala. Creio que é uma aposta, um método muito importante. No entanto, quando falo da antropologia da dominação, isso tem que ver com questões não apenas metodologias, mas políticas, e aí você pode articular muitas coisas. É como estudamos as elites. E aí pode-se fazer análise do discurso, e pode ser decolonial no sentido em que está revelando como funcionam as elites. É como entender a modernidade etnografando a modernidade, a colonialidade. E uma forma de fazer isso é precisamente analisando como se comportam as elites e o poder, articulando a antropologia da dominação, em termos políticos e também metodológicos.

Camila Nobrega: Para caminharmos para uma finalização da entrevista, você gostaria de compartilhar um pouco sobre o momento que a Colômbia está vivendo, também um momento



histórico de tantas transformações? De que forma têm afetado ou se movido no seu trabalho?

Ochy Curriel Pichardo: Colômbia é um país complexo, como muitos na América Latina, mas especialmente é um país que sai de um histórico de um conflito armado, e isso impacta a vida de muita gente no país, e especialmente as pessoas que vivem os conflitos armados de forma mais próxima, em geral gente afro, indígena e campesina. Então, quando falamos de etnografia, algo que precisamos saber também é como esse conflito tem raízes coloniais, racistas e também heterossexistas. Isso é o que marcou a Colômbia durante muito tempo. Mas, além disso, acho a Colômbia um país tão interessante, com tanta produção, que nunca havia visto em outro lugar. O positivo de Colômbia é sua resistência histórica, e isso é o que permitiu chegar no momento histórico em que estamos hoje. Apesar de uma hierarquia instalada desde séculos, branca e branca mestiça, que administra os meios de comunicação, a economia, as plantações, ainda há um povo que admiro profundamente. Eu, por exemplo, nunca me senti tão chamada a acompanhar notícias, e agora está passando. Aconteceu a necessidade de ver notícias todos os dias, porque mudam as conjunturas. E aqui é um país de lugares maravilhosos, a partir de todo o extrativismo que há. Estamos em um governo de “esquerda”, e coloco entre aspas porque teríamos que pensar o que considerar de esquerda, já que o mesmo mandato que tem Francia (Márquez), tem também uma proposta bastante liberal. Não é que estão buscando uma transformação radical em estruturas de poder, é mais sobre uma série de reformas que poderiam deixar muita gente viver mais tranquila viver saudável, como diz Francia. O que me interessa muito, mais além das lideranças de Francia e Petro, é a mobilização social, que começa em 2019 e chega depois da pandemia com o Paro Nacional em 2021. Surge como o aumento de impostos, mas se articularam muitos temas de povos, como questões de extrativismos, e como se estão assassinando lideranças que defendem a terra e lutam contra o racismo. Pela primeira vez na Colômbia acontece um debate nacional sobre racismo. E partir daí também outros debates, como feminicídios. O Paro Nacional possibilitou uma manifestação de meses, e a arte foi um movimento central dessa mobilização. Esse Paro também permitiu questionar o sindicalismo tradicional, e etc. Petro e Francia não chegariam ao poder sem o Paro Nacional, e isso é muito importante. Francia teve sim uma história de luta. Isso tudo com também os efeitos da pandemia faz com que cheguemos aí. E em que estamos em esse momento? Há a necessidade da paz total, porque por exemplo o governo quer fazer mudanças em relação a terra. Mas se há conflito armado onde há luta pelos territórios não é possível distribuir a terra. Então uma das prioridades é a negociação com diferentes grupos armados, dissidências das Farc que seguem armadas, e grupos narcotraficantes. O governo também negocia com eles. Mas isso



tudo é muito difícil, tem raízes muito profundas na Colômbia e tem a ver com um fortalecimento global. Assim também como a questão de extrativismos, que está ligado às dinâmicas globais. Sabemos que Colômbia exporta muita droga e o maior consumidor são Estados Unidos. Por outro lado, o tema da terra é parte desse conflito e o governo fez uma entrega a camponeses que possam recuperar a terra. Então se sente uma atmosfera distinta. Mas isso não significa, por exemplo, que pararam os assassinatos de líderes sociais e ambientais que lutam pelo território. Também há participação social no plano de governo. Mesmo com todas as limitações, isso também é importante e, às vezes, perigoso, porque acredito que os movimentos devem ter autonomia em relação aos governos. Estamos então em um momento muito importante e há promessas de articulações com Brasil, que agora tem Lula na presidência. E a presença de Francia Márquez foi importantíssima, é uma referência super importante, uma referência ao povo negro e indígena do país, uma mulher negra, que fez na luta pela terra, que foi trabalhadora doméstica e hoje é vice-presidente desse país. Simbolicamente isso é muito forte. Mas há também uma preocupação de que essa figura, tão importante no processo de eleição, agora esteja um pouco mais apagada devido a esse estranho papel das vice-presidências. Espero que isso mude. Há muita expectativa, isso é o que posso dizer nesse momento, mas em um contexto difícil internacional, com inflação, com economia internacional bastante complicada, guerra na Ucrânia. Em um nível geral se percebe que há mudanças importantes, o que falta agora é esperar para ver como se desenrola esse roteiro.

Ochy Curiel Pichardo: O mundo está difícil, mas há que seguir.

Camila Nobrega: Há que seguir. Muito obrigada, Ochy.

